

1

2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 29/09/2023**

3

4 Ao vigésimo nono dia do mês de Setembro de dois mil e vinte três, às quinze horas,
5 em formato híbrido, *online* por meio do *link* disponibilizado para todos (as) e
6 presencialmente na Sala 6º B do Palácio das Araucárias, deu-se início à Reunião
7 Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná.
8 Conforme convocação prévia fez-se presentes: **TITULARES GOVERNAMENTAIS:**
9 JANE VASQUES (SEJU); ISABELA RESENDE DAMIANI (DEAP); **SUPLENTE**
10 **GOVERNAMENTAIS:** ELLEN CUNHA (SEEC); ALINE (DEAP); **TITULARES DA**
11 **SOCIEDADE CIVIL:** IVETE MARIA CARIBÉ ROCHA (SERPAJ); ALUÍZIO
12 FERREIRA PALMAR (CDHMP); **SUPLENTE DA SOCIEDADE CIVIL:** ADÉLIA
13 LOPES SALAMENE (SINDIJOR); CARLA LUCIANE SOUZA DA SILVA
14 (UNIOESTE); **CONVIDADOS(AS)/COLABORADORES(AS):** CLÁUDIA CRISTINA
15 HOFFMANN (COORDENADORA DO LUME); HAYSSA MEDEIROS; NORTON
16 NOHAMA(UFPR); INDIRA BOLSONI PINEHIRO (MPF); MARIA APARECIDA
17 BLANCO DE LIMA (TJPR); FLÁVIA ROSA DE MELO (LUME); RAQUEL OSOWSKI
18 (MPPR); ANDRÉIA CORAT (SEJU/CODIHC). **JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:**
19 Sem justificativas de ausência. **1. Abertura:** Inicialmente, Ivete saudou todos e todas
20 e logo em seguida deu início à Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória,
21 Verdade e Justiça do Paraná. **2. Aprovação da pauta:** Andreia realizou a leitura da
22 pauta para conhecimento de todos (as). Carla solicitou que seja pautado o evento
23 sobre reparação que acontecerá no fim do mês e que deve ter uma representação
24 do CEMVEJ. Sem outras manifestações, a pauta e sua respectiva inclusão foram
25 aprovadas por unanimidade. **3. Aprovação da Ata de Reunião Ordinária de**
26 **Agosto de 2023:** Ivete questionou se todos (as) haviam recebido a ata e se
27 desejavam indicar alterações ou inclusões na ata. Sem manifestações, a Ata da
28 Reunião Ordinária de Agosto foi aprovada por unanimidade. **4. LUME: Lugar de**
29 **Memória - Evento em outubro, Termo de Cooperação, Primavera dos Museus e**

3

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná



30 **Informes. (Cláudia Cristina Hoffmann); O Evento do dia 26/10:** Primeiramente,
31 Cláudia indicou que a princípio o nome do evento será “35 Anos da Constituição
32 Brasileira” e a organização do evento estava sendo feito em parceria com as
33 instituições que compõem o LUME (SEJU; TJPR; CEMVEJ e MPPR). Ainda há
34 algumas pendências de cada instituição, mas deveria ser marcada uma reunião para
35 ajustar e, se tudo der certo, haverá a palestra da Deputada Luiza Erundina no dia 26
36 de Outubro, além da participação de Professores Universitários. O evento ocorrerá
37 da seguinte forma: Manhã — Reunião de Trabalho no LUME; Tarde — Seminário no
38 Auditório do MPPR (Centro Cívico). Em relação ao Termo de Cooperação, Cláudia
39 informou que depois da última reunião ficou encaminhado um ajuste na redação e a
40 Jane ficou responsável por dialogar com todas as instituições para que elas
41 encaminhem aos seus setores jurídicos. Além disso, Cláudia informou que o LUME
42 participou da Primavera dos Museus — o cartaz do evento foi compartilhado no
43 grupo —, teve visita guiada, escola visitando o LUME, mais uma edição do
44 ‘Caminhos da Memória’ e um grande seminário em que a Ivete foi palestrante sobre
45 Patrimônios Sombrios, Patrimônios Difíceis e Arqueologia Pública sobre a
46 repressão. A seguir, Cláudia lembrou a solicitação da Professora Marion quanto à
47 colaboração do LUME em um evento sobre os 60 anos do Golpe, por isso,
48 conversou com a Marion, Roseli Boschilia e o Diretor da UFPR responsável pelo
49 evento. Nessas tratativas, foi viabilizado o apoio da Vereadora de Curitiba, Maria
50 Letícia, que vai apoiar o LUME e contribuir uma quantia em dinheiro para produzir
51 painéis que farão parte de uma exposição no LUME e poderão ser levados à UFPR
52 durante o evento. Ademais, foi solicitada a reimpressão do caderno ‘Caminhos da
53 Repressão’, um material que foi reiteradamente solicitado pelo Norton e Aluizio.
54 Jane solicitou que os (as) conselheiros (as) enviem a solicitação de viagem o quanto
55 antes para viabilizar o custeio das passagens. Flávia questionou se alguém tem ou
56 sabe onde encontrar o documento editável do caderno ‘Caminhos da Repressão’
57 porque são necessários alguns ajustes e para enviar para a impressão. Ivete
58 respondeu que entrou em contato com o responsável na UFPR e ele não encontrou
59 o material editável, sendo necessário produzir um novo documento. **5.**

60 **Procedimento instaurado para apurar possíveis violações de Itaipu na época**
61 **da ditadura. Não está restrito aos indígenas. Poderia contar com a ajuda do**
62 **comitê estadual em colher sugestões de linhas investigativas para tanto (Dr^a**
63 **Hayssa Kyrie Medeiros Jardim PRDC/MPF-PR):** Primeiramente, Hayssa informou
64 que faz parte do Ministério Público Federal no Paraná e estava exercendo a função
65 de Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão. A seguir, indicou que houve a
66 provocação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão em Brasília e foi
67 enviado um procedimento que estava tramitando na PGR sobre as possíveis
68 violações de direitos humanos concretizadas ou com auxílio da Itaipu. Houve um
69 estudo da UNIFESP que culminou com a celebração de um Termo de Ajustamento
70 de Conduta com a *Volkswagen*, que foi reconhecido pela empresa o auxílio de
71 algumas práticas à época e se comprometeu com algumas obrigações. Por isso,
72 Hayssa solicitou se o CEMVEJ tem algum estudo sobre a Itaipu e se poderiam
73 compartilhar com a PRDC ou sugerir linhas investigativas. Carla respondeu que,
74 quando a *Volkswagen* foi responsabilizada a UNIFESP abriu um Edital para que
75 outras dez empresas fossem investigadas, uma delas foi Itaipu e foi a equipe que ela
76 coordenou foi responsável pela pesquisa sobre a binacional, sendo já apresentado o
77 Relatório Final ao Ministério Público. Esse material é ricamente circunstanciado e
78 dividido em várias partes, tratando das questões dos expropriados, indígenas e do
79 ataque aos trabalhadores, seus direitos e violações, além de elementos que se
80 relacionam entre a Empresa e o Estado que remetem à corrupção e outros atos
81 ilícitos. Portanto, Carla, enquanto Coordenadora do projeto, solicitou ao CEMVEJ
82 para entrar em contato direto com a Hayssa para apresentar o Relatório e colocá-la
83 a par das situações e reparações que foram diagnosticadas. Raquel também
84 colocou o MP à disposição para conversar sobre a questão juntamente ao Dr.
85 Olympio. Por fim, Hayssa solicitou via *chat* que a Ata desta reunião pudesse ser
86 anexada no procedimento — sem objeções, solicitação aprovada. **6. Gestionar**
87 **junto ao Arquivo Público do Estado do Paraná, a fim de verificar a situação dos**
88 **arquivos da Comissão Estadual da Verdade do Paraná (Dr^a Raquel Osowski**
89 **MPPR) 7. Busca das gravações de depoimentos prestados perante a Comissão**

90 **Estadual da Verdade Teresa Urban e dos documentos recebidos (Dr^a Ivete):** A
91 princípio, Isabela informou que há 124 pastas dos arquivos da Comissão Estadual
92 da Verdade e na época foi criado um Fundo Documental, também foi criado um
93 Instrumento de Pesquisa com as pastas. As documentações das pastas contém os
94 CD's com os depoimentos da época, porém, não há um equipamento para ler os
95 CD's e verificar o conteúdo deles, mas estão todos guardados nos depósitos
96 climatizados. Em complementação, Norton lembrou que desde o início a
97 Secretaria de Justiça junto com o Arquivo Público faziam as finalizações desses
98 materiais, pois são as gravações audiovisuais das Audiências Públicas e faltavam
99 três coisas: edição para eliminar os vazios; inserir créditos de início e fim; créditos de
100 fala. Portanto, Norton indagou se essas finalizações foram feitas. Isabela ressaltou
101 que não há equipamento para leitura no Arquivo Público, mas na semana passada
102 um pesquisador foi estudar os arquivos e ela verificou que não há créditos, as falas
103 são reproduzidas em sequência sem quaisquer descrições. Em seguida, Maria
104 Aparecida sugeriu que o CEMVEJ encaminhe um ofício ao Secretário de Justiça ou
105 Governador solicitando a finalização desses materiais para que sejam
106 disponibilizados corretamente à população. Ivete destacou que esse assunto lhe
107 causa preocupação, pois houve diversas audiências fora de Curitiba, em geral em
108 Câmaras Municipais e Universidades e não sabe se essas gravações foram
109 enviadas para a SEJU. Cláudia questionou se quando a CEV entregou o material e
110 alguns deles são CD's, foi compreendido que o Arquivo Público tinha condições de
111 guardá-los e garantir suas existências, pois CD's depois de 10 anos podem
112 deteriorar e perder seus conteúdos. Isabela respondeu que não lembra o que foi
113 acordado e que, como o Arquivo Público possui somente a guardar dos materiais,
114 não tem como assegurar que haverá todo o equipamento necessário para visualizar
115 essas documentações, por exemplo, há filmes armazenados e não existe um
116 equipamento para leitura, entretanto, há a garantia de guardar das documentações e
117 seus acondicionamentos corretos. Cláudia indicou que essa informação é muito
118 séria e determina o fadamento desses materiais ao desaparecimento e sugeriu que
119 seja solicitado à SEJU através do CEMVEJ que sejam reunidos os materiais que

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná



120 não foram reunidos na época, por exemplo, a Audiência Pública de Cascavel
121 organizada com a UNIOESTE não estão no acervo da SEJU e também a Audiência
122 Pública de Foz de Iguaçu que foi organizada pela Comissão Nacional e não está no
123 arquivo. A seguir, Norton insistiu que é necessário entregar com urgência uma cópia
124 integral do Acervo CEV e do Acervo DOPS para a Comissão Interamericana de
125 Direitos Humanos e para a ONU, pois eles correm o risco de desaparecer e não
126 haverá como recuperar. Flávia sugeriu que a CELEPAR seja oficiada para auxiliar
127 na questão mencionada pelo Arquivo Público. Alúzio acrescentou que todos os
128 documentos da Audiência Pública realizada em Foz do Iguaçu estavam guardados,
129 havendo cópias que foram distribuídas para todos (as), cópias no *site* da Comissão
130 Nacional da Verdade, no CHDMP, na UNILA e cópias de segurança. Por isso, o que
131 falta é sistematizar todos os materiais e documentações e enviar para o Arquivo
132 Público. Norton pontuou que as Audiências Públicas que tiveram a participação da
133 Comissão Nacional da Verdade de fato são disponibilizadas por eles, mas todas as
134 outras, por exemplo, houve uma oitiva em Curitiba da Jane Argolo com poucas
135 pessoas e em Londrina também, documentos que não estão na CNV e se eles
136 forem perdidos, essas perdas serão irreparáveis. Ellen sugeriu que a transposição
137 de mídias dos CD's e DVD's fossem feitas pelas Universidades em Grupos de
138 Estudo/Pesquisa através do Termo de Cooperação Técnica supracitado por Cláudia.
139 Norton sugeriu uma nova reunião com o Secretário de Justiça para verificar como
140 resolver essas situações. Isabela concordou com a sugestão da CELEPAR auxiliar
141 na transposição dos dados dos CD's nos procedimentos técnicos. Cláudia perguntou
142 se o inventário da Secretaria de Justiça é diferente do inventário do Arquivo Público
143 ou se foram verificados se todos os itens listados foram realmente entregues.
144 Isabela respondeu que a documentação enviada ao Arquivo Público foi publicada
145 em Diário Oficial no dia 31 de Agosto de 2021 e efetivamente a documentação foi
146 recebida no dia 13 de Setembro de 2021, após o recebimento, foi criado um Fundo
147 Documental que é o PB 080 da Comissão Estadual da Verdade e foi criado um
148 Instrumento de Pesquisa com o que continha em cada pasta recebida. Porém,
149 Isabela indicou que estava fazendo um levantamento das pastas para verificar



150 novamente o que exatamente contém nelas. Em seguida, Cláudia destacou que
151 existe uma obrigação do Estado em proteger esses arquivos e garantir suas
152 integridades assim como foram entregues, pois quando foi decidido não deixá-los
153 no LUME — por falta de estruturas e técnicos (as) — não havia passado pela sua
154 cabeça que eles não teriam o equipamento para salvar os CD's, sendo necessário
155 que o Estado reúna o acervo e os proteja de forma correta, além de digitalizá-los —
156 uma solicitação que foi feita pela Professora Marion, porém, lhe foi repassada
157 somente uma parte dos arquivos. Ivete indicou que, em primeiro lugar, deve ser
158 solicitada uma reunião com a Secretaria e pedir o apoio da CELEPAR para verificar
159 de que forma poderão ser armazenados e garantida a perpetuação desses arquivos.

160 **8. Participação, em nome do CEMVEJ dos eventos dos 50 anos do Golpe no**

161 **Chile (Dr^a Ivete):** Ivete informou que esse grupo foi constituído por *Whatsapp* por
162 ex-companheiros (as) de militância com a finalidade de discutir o período de exílio e
163 participar da Memória dos 50 Anos do Golpe no Chile. Ivete informou que estiveram
164 presentes nos principais eventos, como no Museu de Direitos Humanos de Santiago
165 que foi construído para guardar as memórias do Golpe e um exemplo a ser seguido,
166 destacando a importância da preservação da memória. Houve também uma marcha
167 das mulheres rodeando o Palacio de La Moneda, todas vestidas de preto com uma
168 vela acesa, caminhando em silêncio e ao fim gritam “nunca más”. Aluizio relatou que
169 foram muitos brasileiros que estavam exilados e pontuou que os brasileiros que
170 resistiram ao Golpe são pouco comentados, além da perseguição muito grande que
171 havia com estrangeiros à época. Por fim, Ivete relatou que também estava a família
172 do Capiberibe, que foi com a família toda e contou sua história toda morando em um
173 assentamento da Reforma Agrária no Sul do Chile. **9. Visita ao Sr. Secretário de**

174 **Estado da Educação, com entrega de Ofício e exemplares do Relatório da CEV**

175 **(Dr^a Ivete):** Por fim, Ivete relatou que no dia 04 de Setembro, um jornalista da APP a
176 procurou para falar sobre uma postagem na página da Secretaria Estadual de
177 Educação, esta que dizia que na Operação Condor foram perseguidos apenas
178 golpistas, terroristas e antipatriotas. Portanto, foi enviado um ofício ao Secretário de
179 Educação para registrar a indignação com a postagem e propondo uma visita para

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

180 levar os Relatórios da Comissão Estadual da Verdade para que levem em conta que
181 o CEMVEJ e a CEV são órgãos constituídos pelo Estado e devem ser levados em
182 conta seus trabalhos e pesquisas. Maria Aparecida acrescentou a possibilidade de
183 solicitar um Juízo de Retratação da notícia que foi veiculada pela Imprensa no
184 sentido que se desfaça essa ideia desconstruída de tudo que foi angariado pela
185 CEV. **10. Informes da Secretária Executiva:** Ivete informou que ainda não foi
186 identificado quem representa a Comissão de Direitos Humanos na ALEP, era o
187 Deputado Tadeu Veneri, mas agora não há o nome de quem o substituiu. Jane
188 respondeu que verificaria com a assessoria do Deputado Prof. Lemos para que ele
189 participe e quanto ao Termo de Colaboração, informou que após conversar com o
190 Departamento Jurídico, foi solicitado o número do Protocolo anterior para que o
191 processo continue no mesmo número por ser uma razão de um mesmo contrato.
192 Porém, como foi acordado que deveria ser encaminhado separadamente para cada
193 órgão, teria que verificar se todos estavam incluídos no Protocolo anterior ou se
194 deveriam abrir um Protocolo para cada um. Além disso, Jane indicou que foi lhe
195 informada que os 5 anos de prorrogação do contrato foi um entrave ao dialogar com
196 a Diretoria da SEJU, pois ultrapassaria a gestão atual do Governo. Cláudia
197 respondeu que é normal ultrapassar o tempo de gestão, pois o próprio CEMVEJ foi
198 criado em um Governo anterior. Maria Aparecida destacou que o fato de que o
199 Termo Aditivo se prorrogue por mais 5 anos seria viável para colocar em prática o
200 projeto que foi definido desde o início, ressaltando que não há risco de passar para
201 outras gestões, pois o Termo de Adesão não há nenhum custo para o Estado. Ivete
202 sugeriu que fosse realizada uma conversa com a Diretora Rúbia e o Departamento
203 Jurídico da SEJU para expor essas preocupações — a data será informada na
204 segunda-feira. **11. Evento de Reparação em São Paulo (Carla):** Em primeiro lugar,
205 Carla ressaltou a importância de uma representação do CEMVEJ no evento que
206 acontecerá dia 27, que contará com a presença dos Procuradores e pessoas que
207 atuam nas causas abertas das 14 empresas pensando quais tipos de reparações
208 podem ser feitas. Portanto, seria muito importante para depois pensar em um
209 movimento articulado no Paraná, que tem o caso de Itaipu e puxará outros casos

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná



210 relacionados à questão da responsabilização das empresas. Ivete respondeu que
211 tem interesse em participar, mas seria necessário articular o custeio das passagens
212 e hospedagem. Em seguida, Cláudia indicou que a Reunião Ordinária do CEMVEJ
213 do mês de Outubro estava marcada para o dia 27 — um dia depois do evento do
214 LUME e no dia do evento em São Paulo — e havia sido comentado de ser realizada
215 uma reunião presencial. Ivete sugeriu que seja realizada no dia 23 de Outubro
216 presencialmente — sem ressalvas. **12. Encerramento:** Em conclusão, Ivete
217 agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a Reunião Ordinária do
218 Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. A presente ata foi
219 lavrada por Davi da Rosa